

VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS

SUMÁRIO:

Editorial	
<i>António Sousa Ribeiro</i>	1
Teoria da P@X	
A violação como arma de propaganda	
<i>Júlia Garraio</i>	2-4
Honra e respeitabilidade. O silenciamento da violência sexual dos soldados alemães após a Segunda Guerra mundial	
<i>Regina Mühlhäuser</i>	5-7
P@x entrevista	
Com os Tribunais Internacionais para a Ex-Jugoslávia e para o Ruanda atingimos um ponto de não Retorno no que diz respeito ao julgamento de violência sexual	
<i>Gabriela Mischkowski</i>	8-11
Observatório da P@x	12-14
Estudos da P@x	
Corpos mais barulhentos do que a morte: Mulheres palestinianas resistindo.	
<i>Shahd Wadi</i>	15-17
Para estar em guerra é preciso ir à guerra? Moçambique e Timor-Leste: Nacionalismos, mulheres e violência sexual	
<i>Teresa Cunha</i>	18-20
Sotão dos EP	21-24

P@X
Coordenação Linha de Estudos para a Paz/CES:
José Manuel Pureza

Número temático organizado por:
Júlia Garraio e Tatiana Moura

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Sofia Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/pt/presentacao.php>
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/>
paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

A transformação do corpo do inimigo em coisa livremente disponível pertence à lógica mais profunda de todo o confronto bélico, como sublinha Simone Weil nos seus comentários sobre a *Iliada* como “poema da força”. Assim, o direito ao uso mais ou menos irrestrito da violência sobre alguém que, por definição, não usufrui de direitos, a começar pelo direito elementar à vida, esteve sempre inscrito na lei não escrita da guerra. Não há guerras civilizadas, como, com evidente melancolia, constataria Sigmund Freud quando confrontado com a realidade da Primeira Guerra Mundial. Deste ponto de vista, o tema desta edição do *P@x* é dos mais controversos e também dos mais difíceis no âmbito da reflexão sobre a história da guerra e, em particular, das guerras do século XX. Por maioria de razão, a biopolítica da guerra toma o corpo da mulher – mesmo não sendo esta, por via de regra, uma interveniente activa em acções beligerantes – como um alvo especialmente vulnerável. Assim, o tempo dos conflitos armados é sempre um tempo de particular agudização da violência endémica sobre as mulheres, assassinadas, violadas, escravizadas. No século XX, o mais tardar com a Guerra da Jugoslávia, tornou-se patente como a violência sexual e a violação de mulheres não são apenas a consequência “normal” de situações bélicas, mas são também elas próprias uma arma de guerra, um instrumento estratégico destinado

deliberadamente a quebrar a resistência do inimigo e a criar mecanismos eficazes de sujeição através da transformação do corpo da mulher em espaço da luta política e em signo de uma dominação absoluta. A visibilidade crescente do tema tem ido de par com a persistência de estereótipos difíceis de quebrar, nomeadamente aqueles que estão associados a uma visão pretensamente culturalista de acordo com a qual em certos contextos (por exemplo, em áreas de religião muçulmana), a violação constitui uma dupla vitimação, particularmente infamante. Os contributos reunidos neste número do *P@x* procuram, através de uma abordagem sensível à especificidade dos contextos, pôr em causa as generalizações apressadas e as visões preconceituosas. Seja no caso das violações em massa pelo exercito nazi no Leste Europeu – um tema que só a partir dos anos noventa foi arrancado ao silêncio –, seja no respeitante à violação de mulheres alemãs por militares soviéticos quando da derrocada do III Reich, seja relativamente ao contexto da desintegração da Jugoslávia ou da violência israelita sobre mulheres palestinianas, seja ainda trazendo à colação as histórias de mulheres timorenses e moçambicanas vítimas de violência sexual, o quadro traçado, apontando para evidentes constantes dos processos de vitimação da mulher em contextos de violência armada, aponta também,

ainda que de forma sucinta, para a especificidade de cada caso em análise. Como parte de um trabalho comparativo que, apesar dos grandes progressos verificados na última década, está em boa parte ainda por fazer, os textos aqui incluídos suscitam muito directamente a questão da voz, isto é, da capacidade de a mulher vítima de violência vir ao espaço público denunciar o crime de que foi objecto. Uma tal denúncia só é possível quando existem condições institucionais mínimas para que ela se produza. Assim, diferentemente do conselho de “esquecer o passado” dado por um alto responsável a uma das entrevistadas de Teresa Cunha, o que é necessário é uma política da memória capaz de propiciar a transposição para a consciência e a responsabilidade públicas de um sofrimento individual por vezes longo tempo oculto. O testemunho transformase, assim, em elemento constitutivo de um discurso público e, enquanto acto performativo, representa o momento privilegiado em que a condição de vítima é posta em causa pela conquista de um estatuto de autoria que permite a reconstituição de uma subjectividade para além da fixação traumática.

*António Sousa
Ribeiro/NHUMEP*

Teoria da P@X

A VIOLAÇÃO DE GUERRA COMO ARMA DE PROPAGANDA

Tradicionalmente a violência sexual era considerada uma consequência inevitável da guerra, derivada das “necessidades físicas” dos homens. Estas premissas foram questionadas pela investigação feminista, que privilegiou uma abordagem cultural, concebendo as violações sobretudo como expressão de relações de poder e denunciando o papel do militarismo na produção de masculinidades violentas. O conceito de violação como arma de guerra foi desenvolvido no contexto da investigação que postula a violência sexual como parte constitutiva do esforço de guerra, com o intuito de aterrorizar, desmoralizar e aniquilar o lado inimigo (destruição do tecido social, fuga da população de um território disputado, etc.). Em determinados contextos, as violações parecem obedecer de facto a uma estratégia implícita sancionada pelas chefias militares. No entanto, o conceito deve ser usado com extrema prudência, sem pretensão universalizante e sempre com atenção às especificidades de cada conflito. O valor estratégico da violência sexual não se restringe, porém, aos seus efeitos “materiais” imediatos. São igualmente de grande importância os discursos sobre as violações pelo seu papel performativo, tanto no desenrolar do próprio conflito como nos processos de memória coletiva. O caso das mulheres alemãs violadas no desfecho da Segunda Guerra Mundial é apenas um dos muitos exemplos que atestam o valor da violência sexual como arma de propaganda.

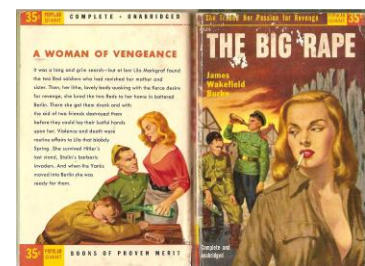
A realizadora feminista Helke Sander promoveu o seu famoso documentário *BeFreier und Befreite* (Alemanha, 1992, 92m), centrado nas violações de Berlim de 1945, como o fim de um silêncio coletivo. No entanto, o tema não era inédito no espaço alemão. O discurso anti-soviético do Terceiro Reich servira-se abundantemente de imagens aterradoras de violência sexual. Após o massacre de Nemmersdorf (Outubro de 1944), as fotografias e descrições de cadáveres de mulheres violadas foram parte essencial de uma propaganda racista que exortava a população a resistir até à morte, com a advertência de que a paz seria mais dolorosa do que a guerra. Segundo Atina

Grossmann (1995: 113-117), este discurso influenciou profundamente a reação das vítimas e da população em geral às violações em massa que acompanharam a conquista soviética, moldando a memória alemã da derrota.



“Vitória ou Bolchevismo”, cartaz de propaganda alemã, 1943/45, © Deutsches Historisches Museum, Berlim.

A Guerra Fria foi propícia à perpetuação da imagem monolítica do Exército Vermelho como “hordas de violadores”. Veja-se como a violência sexual é usada como arma de luta ideológica no romance de propaganda *The Big Rape* (1951), de James Wakefield Burke. Neste *best-seller*, traduzido para alemão e outras línguas, as violações são fundamentais para desacreditar a União Soviética. O Exército Vermelho surge como materialização de um Leste bárbaro e sanguinário, em que a sexualidade é inseparável da violência, do alcoolismo e da perversidade. A esta masculinidade destrutiva é contraposta a masculinidade protetora, potente e saudável personificada pelos militares norte-americanos.



The Big Rape, James Wakefield Burke, 1952

Teoria da P@X

É de assinalar que as violações cometidas pelas forças alemãs nos territórios ocupados estão ausentes do espaço público da RFA[1] e que a violência sexual perpetuada pelos Aliados ocidentais goza aí de reduzida atenção, enquanto as violações dos soviéticos se solidificam no estereótipo do russo como predador sexual e personificação de uma masculinidade selvagem.

Encontramos esta imagem na propaganda política conservadora, na imprensa e na “literatura da expulsão” (memórias, relatos, obras de ficção sobre a fuga e a expulsão dos alemães dos territórios perdidos em 1945 e dos países vizinhos). Veja-se *Martyrium und Heldentum Ostdeutscher Frauen. Ein Ausschnitt aus der Schlesischen Passion 1945/46* (1954) do padre Johannes Kaps [2]. Este volume, uma recolha de relatos do fim da Silésia alemã, afirma-se como testemunho do “heroísmo das mulheres e raparigas alemãs do Leste durante o assalto das hordas bolcheviques” e “monumento ao Ocidente cristão” (Kaps: 1954: 7). A violência sexual é inscrita numa narrativa antiquíssima de vitimização cristã às mãos dos infiéis e invocada para combater o comunismo e a secularização.

As violações tornam-se assim progressivamente metáfora de uma Alemanha cristã agredida por um Leste bárbaro e comunista (Heineman, 1996: 355, 367-73). Como tal, não devem ser negligenciadas nos estudos sobre a reconstrução da masculinidade alemã, a remilitarização do país na década de 50, e a configuração da jovem república como aliada dos EUA. As vítimas reais, porém, não beneficiaram da mediatização do tema. Praticamente sem possibilidade de aceder a compensações financeiras, preferiram, na sua maioria, manter silêncio sobre o passado, receando a estigmatização social. A instrumentalização ideológica da violência sexual na RFA permite inferir algumas das contradições de certos discursos sobre violações. É certo que este tipo de textos visibiliza determinados aspetos da guerra: a violência sexual, o sofrimento das mulheres, as privações da população civil, ou seja, o reverso do heroísmo guerreiro e da

exaltação da luta armada. Não basta, porém, constatar a presença de referências a violações no espaço público, há que identificar a voz que profere tais histórias, a sua função num determinado contexto e sobretudo os silenciamentos criados. Na realidade, o tipo de discurso acima exposto poderá mesmo revelar-se contraproducente no combate ao fenómeno. Ao pegar no problema, revestindo-o e reconfigurando-o sob uma ideologia nacionalista e mesmo racista, esses textos podem ofuscar alguns dos raciocínios e das estruturas culturais que estão na base da violência sexual em conflitos armados, sobretudo em contextos de rivalidades étnicas e preconceitos raciais. Enquanto discurso fortemente ancorado em construções de género tradicionais, postula a subordinação da mulher a um modelo de virtudes patriarcais. A mulher violada tende a surgir como pureza sacrificada e conspurcada pela sexualidade do Outro, como ser passivo, que necessita de proteção masculina. Desta maneira, a denúncia da violência sexual promove igualmente uma masculinidade hegemónica, um ideal de homem como detentor do exercício da violência, ou seja, favorece precisamente modelos culturais que levam as mulheres do inimigo a serem consideradas espólios de guerra e campo de batalha para os vencedores inscreverem o seu domínio sobre uma etnia ou comunidade.

Assim se compreende que no contexto do movimento feminista a partir dos anos 70, onde o problema da violência sexual ganhou crescente destaque, os discursos tradicionais sobre violência sexual fossem frequentemente tidos como não existentes. De facto, a perspectiva que as feministas tentaram impor ao fenómeno – como crime contra a mulher, independente de qualquer avaliação do seu comportamento sexual, moral ou político – está praticamente ausente dos discursos nacionalistas, onde as vítimas valem como membros de uma comunidade e não como indivíduos sexualmente independentes.

Atualmente, apesar dos grandes avanços na matéria em termos de investigação, legislação e mesmo consciencialização pública, a mediatização das violações de certas guerras

Teoria da P@x

continua a ser moldada frequentemente por valores patriarcais e determinada por identidades e rivalidades étnicas, bem como por certos interesses políticos e económicos. A violação de guerra continua a existir como arma de propaganda.

Júlia Garraio

juliaga@gmail.com

Investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP). Desenvolve atualmente um projeto de pós-doutoramento que se focalizou na questão da representação literária e cinematográfica das violações de mulheres alemãs por membros das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Doutorou-se em Literatura Alemã na Universidade de Coimbra (2003), com uma tese sobre Günter Eich. Os seus atuais interesses de investigação incluem as seguintes áreas e temas: as literaturas e as culturas de expressão alemã, a representação da violência sexual, a herança da Segunda Guerra Mundial, racismo, sexualidade e violência na Alemanha do século XX, identidade e memória na Alemanha pós-Reunificação.

Kaps, Johannes (1954), *Martyrium und Heldentum Ostdeutscher Frauen. Ein Ausschnitt aus der Schlesischen Passion 1945/46*, München: Niedermayer & Miesgang.

Heineman, Elisabeth (1996), "The Hour of the Woman. Memories of Germany's 'Crisis Years' and West German National Identity", *The American Historical Review* 101:2, 354-395.

Notas

[1] Ver artigo de Regina Mühlhäuser neste Boletim.

[2] Texto traduzido para vários idiomas, entre eles o português: *Martírio e Heroísmo de Mulheres da Alemanha Oriental: Fragmentos da História Trágica Silesiana, 1945-46*. Trad. Por Hans Fading. Munique: Editora Cristo a Caminho, 1957.

Referências bibliográficas

Grossmann, Atina (1995), "Eine Frage des Schweigens? Die Vergewaltigung deutscher Frauen durch Besatzungssoldaten", *Sozialwissenschaftliche Informationen*, 24, 109-119.

Teoria da P@x

HONRA E RESPEITABILIDADE. O SILENCIAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DOS SOLDADOS ALEMÃES APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Erich von Manstein (1887–1973) era um dos comandantes mais proeminentes das forças armadas alemãs na Segunda Guerra Mundial. A 10 de Agosto de 1946 prestou declarações como testemunha de defesa nos Julgamentos de Nuremberga. Quando questionado sobre a cadeia de comando e as leis militares na *Wehrmacht* [exército alemão], respondeu:

Exercemos jurisdição militar como tínhamos de o fazer de acordo com o nosso treino, por outras palavras, de acordo com o direito e a lei e como soldados decentes. Gostaria de citar como exemplo que as duas primeiras sentenças de morte com que tive de lidar foram aplicadas no início da campanha da Rússia a dois soldados alemães do meu corpo de exército pela violação de mulheres russas; e foi da mesma maneira em toda a parte[1].

Von Manstein apresenta o caso dos dois soldados condenados à morte acusados de violação a fim de ilustrar a respeitabilidade e a honra da *Wehrmacht*. Ao enfatizar que isto tinha ocorrido no início da guerra, sugere, em primeiro lugar, que os atos de violência sexual tinham sido sempre punidos severamente e, em segundo lugar, que a liderança militar mantinha disciplina e “auto-domínio masculino” (*Manneszucht*) através da aplicação de penas pesadas com um efeito dissuasor. O quadro que von Manstein delineou – que a violência sexual contra as mulheres locais durante a guerra na União Soviética era estritamente proibida e punida severamente – continua a prevalecer até ao presente.

Até à década de 1990, a imagem dos soldados disciplinados da *Wehrmacht* (que contrastava com a imagem das SS, a cruel elite Nazi que ignorava leis e princípios jurídicos) era frequentemente referida como

prova da alegada inocência da maioria dos homens alemães. Em 1995, quando abriu a primeira exposição sobre os crimes da *Wehrmacht*, o antigo líder parlamentar do Partido Democrata Cristão CDU/CSU Alfred Dregger defendeu o soldado alemão durante a Segunda Guerra. Sustentou que, devido à “disciplina e ao auto-domínio”, crimes como violação eram uma exceção absoluta [2]. É interessante notar que Dregger usa a referência ao crime de violação exatamente como Manstein (e outros oficiais nazis de alta patente) o fez. Atualmente, as descrições dos soldados disciplinados da *Wehrmacht* revelaram ser meros mitos. Mesmo assim, a lenda da abstinência sexual dos soldados alemães na União Soviética durante a guerra, a ocupação e a “Solução Final” continua a impor-se. Segundo esta argumentação, os “homens normais” participaram em atrocidades horrendas, mas a violência sexual não foi uma delas.



Capa do livro *Conquistas: Atos de Violência Sexual e Relações Íntimas de Soldados Alemães na União Soviética, 1941-1945*, de Regina Mühlhäuser, 2010.

Ironicamente, o desejo de acentuar a singularidade da violência nazi racista e anti-semita parece ter contribuído para ofuscar o conhecimento sobre crimes sexuais. De acordo com a ideologia racial nazi, os contactos sexuais entre pessoas que eram consideradas “arianas” e pessoas que eram categorizadas como eslavas, e assim “eticamente estranhas” (*fremdvölkisch*), ou judias, e assim “de outra raça” (*artfremd*), eram impensáveis. A ideia de que estas prescrições eram aplicadas consistentemente e moldavam a vida

Teoria da P@x

quotidiana durante o regime nazi continua muito difundida. Assim, assume-se frequentemente que os soldados nazis não violaram mulheres consideradas inferiores para evitar violar as leis nazis referentes à “pureza racial”. Além disso, o facto de o partido nazi condenar publicamente a prostituição e promover a vida familiar sustentou a percepção de que os soldados alemães não praticaram violência sexual.

Alguma investigação recente demonstrou que o racismo e o anti-semitismo bem como a ameaça de punição restringiram de facto o comportamento heterossexual dos homens alemães nos espaços confinados dos campos de concentração e dentro das fronteiras do *Reich* [3]. No vasto território da União Soviética, contudo, o menosprezo nazi pela “mistura racial” não era de maneira nenhuma congruente com os interesses e o comportamento da maioria dos homens alemães. Testemunhos oculares da época e do pós-guerra bem como documentos militares oficiais indicam que a violência sexual das tropas alemãs era uma realidade generalizada e incluía nudez forçada, tortura sexual, ataque sexual, chantagem sexual, violação, violação de grupo e escravidão sexual. Além disso, os soldados alemães frequentavam prostitutas clandestinas bem como bordéis militares oficiais; e mantiveram relações com mulheres que trocavam sexo por proteção, comida e outros bens escassos. Nalguns casos, os homens alemães também se envolveram em relações consensuais, o que levou algumas vezes, especialmente na Estónia e na Letónia, a pedidos de licenças de casamento. Ocasionalmente, a violência sexual, a troca de favores sexuais e as relações consensuais confundiam-se [4].

Na verdade, as chefias militares sabiam destes encontros sexuais, mas não eram de modo nenhum persistentes nas tentativas de os suprimir. Ainda que a *Wehrmacht* e as SS tenham emitido uma série de proibições para coibir a violência sexual e/ou os contactos sexuais com mulheres consideradas “racialmente inferiores”, estas não eram postas em prática com muito vigor. As chefias militares enfrentavam um dilema: por um lado,

a atividade sexual era considerada indesejável, porque prejudicava a disciplina militar e a saúde e reputação das tropas e também violava os princípios da ideologia racial nazi. Por outro lado, a virilidade masculina era considerada como sendo uma expressão da força e em última análise benéfica para o esforço de guerra. Além disso, a conquista das “mulheres do inimigo” simbolizava a vitória sobre o território estrangeiro. Como Annette Timm defendeu, “a expressão da sexualidade masculina não era uma questão de prazer individual, mas de força militar da nação” [5]. As autoridades nazis aceitaram assim as atividades heterossexuais dos homens alemães como uma parte normal da guerra, até mesmo “saudável” e praticamente inevitável.

O testemunho de Von Manstein não reflete portanto o passado recente. Ele contou a história no quadro dos julgamentos do após-guerra para argumentar que a liderança da *Wehrmacht* tinha atuado de acordo com as leis e os costumes da guerra moderna. Um dos acusados nos Julgamentos de Nuremberga, o ex-Marechal da força aérea alemã, Hermann Göring, contou uma história bastante parecida no banco das testemunhas [6]. Sem que lhes tivessem perguntado, estes ex- comandantes militares contaram histórias de violações e da alegada atuação militar nesses casos a fim de provarem que não tinham violado os acordos básicos da civilização na época moderna. Enquanto durante a guerra a perpetuação de violência sexual tinha sido entendida muitas vezes como expressão de masculinidade e, por extensão, de honra masculina (individualmente e em relação a uma unidade militar), a narrativa do após-guerra apresentava os criminosos que tinham cometido violações como casos de homens individuais que tinham desonrado o exército. A violência sexual adquiriu portanto um significado simbólico na linha ténue entre a honra masculina/ desonra e a respeitabilidade/ desrespeitabilidade militar.

Em meados do século XX, as forças aliadas partilhavam esta perspectiva. A violência sexual era vista como consequência

Teoria da P@x

inevitável da guerra (não sendo considerada crime). De facto, os líderes dos exércitos americano, britânico, francês e soviético tiveram de lidar com casos de violência sexual perpetrada pelos seus próprios soldados no final da Segunda Guerra Mundial na Europa bem como na Ásia – e estes tornaram-se numa metáfora poderosa durante a Guerra Fria[7]. Não surpreende portanto que, durante os Julgamentos de Nuremberga, os atos de violência sexual tivessem sido mencionados apenas enquanto se recolhiam provas. Não fizeram parte da acusação. Em vez disso, serviram para acentuar a brutalidade e a perversidade dos alemães.

Regina Mühlhäuser

warandgender@his-online.de

Historiadora e o contacto do grupo de trabalho “Género e Guerra” do Instituto de Investigação Social de Hamburgo. O seu projeto de investigação atual intitula-se “De todos os lados. Como os diferentes atores militares da Segunda Guerra Mundial lidaram com a violência sexual”. Os seus interesses de investigação incluem: violência sexual em zonas de conflito; género e sexualidade durante o Nacional-Socialismo; história da lei internacional; políticas da memória depois da Segunda Guerra Mundial na Europa e na Ásia.

Notas

[1] *Trial of the Major War Criminals Before the International Military Tribunal: Proceedings* (1948), (IMT), Vol. 20, p. 61.

[2] „Dregger lobt die „Manneszucht“. Unionspolitiker attackiert Kritiker der Wehrmacht“, *Frankfurter Rundschau*, 27.03.1995.

[3] Por exemplo, Na'ama Shik (2009), “Sexual Abuse of Women in Auschwitz-Birkenau”, in: Dagmar Herzog (ed.), *Brutality and Desire. War and Sexuality in Europe's Twentieth Century*, London, pp. 221-246.

[4] Por exemplo, Birgit Beck (2004), *Wehrmacht und sexuelle Gewalt. Sexualverbrechen vor deutschen Militärgerichten 1939–1945*, Paderborn; Doris F. Bergen (2008), “Sexual Violence in the Holocaust: Unique or Typical?”,

In: *Lessons and Legacies*, vol. 7; Monika Flaschka (2009), *Race, Rape and Gender in Nazi Occupied Territories*. PhD. diss (Kent State University); Regina Mühlhäuser (2010), *Eroberungen. Sexuelle Gewalttaten und intime Beziehungen deutscher Soldaten in der Sowjetunion 1941–1945*, Hamburg.

[5] Anette Timm (2002), “Sex with a Purpose. Prostitution, Venereal Disease, and Militarized Masculinity in the Third Reich”, in: *Journal of the History of Sexuality*, vol. 11, no. 1/2, p. 253f.

[6] IMT, *Op. Cit.*, vol. 9, pp. 404, 624.

[7] Ver texto de Júlia Garraio neste boletim.

*** Tradução de Júlia Garraio.

P@x entrevista

Entrevista com
Gabriela Mischkowski,
por Júlia Garraio

“COM OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS PARA A EX-JUGOSLÁVIA E PARA O RUANDA ATINGIMOS UM PONTO DE NÃO RETORNO NO QUE DIZ RESPEITO AO JULGAMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL”

O P@x conversou com Gabriela Mischkowski. Em 1992, perante as notícias sobre as violações na guerra da Bósnia, Gabriela Mischkowski foi co-fundadora da *Medica Mondiale*, uma organização de apoio e de defesa dos direitos das mulheres; desde então tem estado envolvida internacionalmente na investigação, no combate e no julgamento de casos de violência sexual em conflitos armados. Desde 1998, é conselheira do programa da *Medica Mondiale* sobre justiça de género e tornou-se membro do “Women’s Caucus for Gender Justice”, um grupo feminista internacional de peritos que participaram ativamente nas negociações para o Tribunal Penal Internacional em Nova Iorque entre 1998 e 2002. Participou em várias missões internacionais de *fact finding* sobre violência sexual durante os conflitos armados na Índia (Gujarat), na Indonésia (Aceh) e no Norte do Uganda e publicou vários artigos sobre o tema, inclusivamente sobre os problemas com os processos que envolvem violência sexual em tempos de guerra.

P@x: Disse uma vez que as mulheres bósnias estavam fartas de investigadores/as que queriam escrever teses de doutoramento sobre violência sexual na guerra. Porquê?

G.M.: Temos de distinguir entre mulheres que trabalham para ONGs e mulheres que sofreram violência sexual. Quando os combates abrandaram, começaram a chegar cada vez mais jornalistas de todo o mundo e todos queriam falar com mulheres que tinham sido atacadas sexualmente. A maioria queria uma história picante ou pensava que poderia encontrar a voz única e autêntica. A situação tornou-se cada vez mais obscena e é espelhada numa anedota: um jornalista chega a um campo de refugiados, liga o microfone e pergunta “Há aqui uma mulher violada que saiba falar inglês?”. As mulheres em questão ficaram cada vez mais desconfiadas.

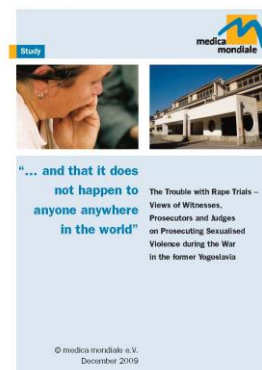
No início costumavam falar de maneira bastante aberta com os jornalistas, mas elas (ou muitas delas) depressa perceberam que estavam a ser usadas, que as histórias delas estavam a ser distorcidas, e a necessidade de falar rapidamente deu lugar ao silêncio. Depois dos/das jornalistas, vieram os/as investigadores/as para recolher dados e vozes “autênticas” para as teses de doutoramento. Mais uma vez, muitas mulheres sentiram-se exploradas porque raramente recebiam alguma coisa de retorno. Conheci poucos/as investigadores/as que permaneceram algum tempo no país, que se esforçaram para aprender pelo menos a língua e um pouco sobre os hábitos culturais da região. Na Bósnia, por exemplo, não nos sentamos à mesa e entrevistamos as pessoas. É muito importante criar confiança e isso quer dizer, por exemplo, tomar café, falar sobre os filhos, sobre nós próprias, construir uma relação. Em segundo lugar, é preciso dar algo de retorno aos projetos que ajudaram, que deram os contactos e, sem dúvida, às mulheres entrevistadas. Que tipo de controlo é que elas têm sobre o que está a ser publicado? Muitos/as investigadores/as escreveram estudos fantásticos mas as mulheres não receberam nada. É preciso ter isso em consideração, planeá-lo, por exemplo, quando se fazem pedidos de financiamento. Sei de uma investigadora que deu acesso ao esboço do livro dela a todos/as aqueles/as que tinha entrevistado e todos/as podiam inserir comentários e correções. Ela trabalhou depois o texto de maneira a que eles/elas se tornaram parte do processo do livro. Acho que há muitos métodos para evitar o hiato: aqui o/a entrevistador/a e ali os objetos de interesse científico que depressa esquecemos.

P@x: No Ocidente está muito difundido o estereótipo das mulheres muçulmanas como duplamente vítimas na guerra: depois da violação são confrontadas com a rejeição por parte da família e da comunidade por “terem perdido a honra”. Até que ponto é que a sua experiência na Bósnia refuta este cliché?

P@x entrevista

G.M.: Este tipo de estereótipos está de facto presente a muitos níveis e em muitas regiões. Durante a guerra na Bósnia foram centrais nos média e nos discursos políticos na Alemanha com o efeito de excluírem os muçulmanos e também os sérvios da nova “casa europeia”. Por um lado, os sérvios apareciam como “violadores natos” e, por outro, havia o estereótipo da vítima de violação muçulmana como particularmente envergonhada, destruída e rejeitada pela sua própria comunidade. As sociedades muçulmanas eram apresentadas como particularmente patriarcais em comparação com as nossas. Isto significava que a maneira com que as sociedades e as nações lidavam com as “suas” mulheres se tornou critério para definir se eram civilizadas e se podiam fazer parte da Europa. E isso excluía os muçulmanos e os sérvios e, em última análise, só os croatas católicos eram apresentados como parte do Ocidente civilizado. Isto mostra como os estereótipos podem ser perigosos. O que me surpreendeu foi um estudo que fizemos na Bósnia com testemunhas, juizes e magistrados do Ministério Público que tinham estado ligados a julgamentos que envolviam violência sexual na guerra. Foi surpreendente como estes clichés eram reproduzidos pelos juizes e pelos procuradores, tanto locais como internacionais. Queríamos saber dos juizes até que ponto os julgamentos com acusações de violação eram diferentes dos julgamentos que envolviam outras atrocidades cometidas durante a guerra. Todos (homens e mulheres) disseram que havia algo de especial nestes julgamentos. Ao tentarem explicar o que era, surgiam os estereótipos, sobretudo nas respostas masculinas: afirmavam que a razão pela qual poucas mulheres testemunhavam em casos de violação estava enraizada na sociedade muçulmana (ou bósnia ou bosniaca), que eles/elas viam como extremamente patriarcal. E assim as mulheres muçulmanas eram vistas como sendo particularmente modestas, tímidas e decentes, que não falavam de coisas como essas.

Por outro lado, quando falávamos de testemunhas individuais muitos diziam “mas a minha testemunha era totalmente diferente, era forte, testemunhou magnificamente...” Reparámos que, quando iam para exemplos concretos, a imagem da vítima muçulmana de violação ficava cada vez mais diferenciada. E quando falávamos de homens que tinham testemunhado sobre violência sexual tornava-se claro que era ainda mais difícil para eles falar sobre “isso”. Mas estas imagens diferenciadas tendiam a ser substituídas por clichés assim que a conversa se tornava mais geral. O problema é que os estereótipos conduzem a uma explicação simplificada do porquê ser tão difícil testemunhar sobre violência sexual. Transfere a culpa para as mulheres porque estas são particularmente envergonhadas ou para a sociedade em geral porque é tão patriarcal. Isto impede os atores nos tribunais de se questionarem sobre o que os tribunais e eles próprios podem fazer para ganharem a confiança, o respeito e a cooperação das mulheres que foram violadas. Assim, por exemplo, não vêem até que ponto podem projetar os seus próprios sentimentos de vergonha nas pessoas que entrevistam – e as testemunhas podem acabar por reagir precisamente da maneira que acreditam que esperam que elas reajam. Tentámos evitar este tipo de situações nas nossas entrevistas. Mas é preciso ter consciência do problema para aprender a lidar com ele.



Capa do estudo *The Trouble with Rape Trials*, de Gabriela Mischkowski e Gorana Mlinarevic, 2009.

P@x entrevista

P@x: Disse numa entrevista anterior que o julgamento de casos de violência sexual no Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia dependeu em larga medida da boa vontade de alguns indivíduos (o primeiro Procurador-Geral Richard Goldstone, a antiga Conselheira Jurídica em questões de género, Patricia Viseur-Sellers, ou juízes como Elizabeth Odio-Benito). Como podemos desenvolver uma lei internacional que seja capaz de julgar casos de violência sexual sem estar dependente do empenhamento de alguns atores-chave?

G.M.: Por um lado, é necessária uma política de recrutamento séria, isto é, os/as que trabalham nos tribunais ou para a Procuradoria (juízes, investigadores, procuradores...) têm de ter competências na área e deveriam ser obrigados a frequentar formação complementar. E na Procuradoria é necessário acima de tudo um posto elevado na hierarquia que disponha do mandato e dos recursos necessários, que esteja ancorado institucionalmente, que tenha não apenas os recursos humanos e financeiros para desenvolver estratégias, mas acima de tudo o poder para as implementar. E é isto que todos têm recusado até ao momento. Patricia Viseur-Sellers tinha apenas um mandato de consultoria. O Procurador-geral do Tribunal Internacional contratou uma jurista feminista americana (MacKinnon) para não se sabe exatamente o quê, mas ela nem sequer está em Haia, vai lá uma ou duas vezes por ano. Tenho a certeza que ela faz um bom trabalho, mas em última análise este tipo de ações aleatórias apenas contribui para uma maior marginalização, em vez de desenvolver uma investigação sistemática e estratégias de acusação capazes de desvendar padrões específicos, dinâmicas e causas de violência sexual em diferentes situações de conflito armado e as diferentes responsabilidades de tais atos generalizados. Os tribunais internacionais existem para determinar a culpa ou a inocência de indivíduos. Mas quer queiram quer não são muito mais do que isso e também alegam ser mais. Alegam que estabelecem uma verdade histórica e valores éticos. No final de contas, tratam de crimes que dizem respeito a todo o mundo, tal como indica o termo “crimes contra a humanidade”.

Os veredictos contribuem para a memória coletiva das guerras. Se a questão da violência sexual em conflitos armados não recebe a devida atenção nem é investigada corretamente, tende a ficar mais uma vez fora dos registos dos tribunais e da memória coletiva. E isto é sobretudo assim quando - como tende a ser cada vez mais o caso no Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia e na Câmara de Crimes de Guerra de Sarajevo - a maioria dos testemunhos de violação decorre à porta fechada, isto é, escondidos do público. É claro que as testemunhas de violação precisam deste tipo de proteção - se quiserem. No entanto, neste caso têm de ser encontradas outras maneiras para descrever, por exemplo, nas partes descritivas dos julgamentos, o impacto completo e o carácter generalizado do violência sexual em quase todos os conflitos armados. Isto seria um forte contributo para visualizar as responsabilidades políticas de governos e militares de maneira a prevenir a ocorrência de tais atos através de medidas preventivas sérias.

P@x: Os julgamentos mais famosos tiveram lugar em Haia, mas os tribunais locais também se ocuparam de muitos casos de violência sexualizada. Qual é a impressão das vítimas que testemunharam no Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia? Teria sido melhor para elas se os tribunais locais tivessem tido a capacidade de assumir todos os processos?

G.M.: Posso falar apenas das mulheres que entrevistámos. Foram cerca de 50 mulheres que tinham testemunhado no Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia e na Câmara dos Crimes de Guerra em Sarajevo e algumas delas tinham também testemunhado em tribunais cantonais e distritais. Houve diferentes reações. Muitas olham para o Tribunal para a Ex-Jugoslávia como uma experiência positiva e dizem que foi importante para elas testemunhar lá e que estão dispostas a voltar lá se forem solicitadas. Isto é uma grande mudança, porque no início (há vários estudos sobre isso) muitas testemunhas disseram que sentiram que tinham sido tratadas sem

P@x entrevista

respeito no Tribunal para a Ex-Jugoslávia, que se sentiram usadas e descartadas. Aparentemente isto mudou depois de muitas críticas por parte de ONGs e de antigas testemunhas. Houve um processo de aprendizagem na maneira de tratar as testemunhas com respeito, mantendo o contacto e mantendo-as informadas. Enquanto a maioria das entrevistadas estava satisfeita com o Tribunal para a Ex-Jugoslávia, as opiniões sobre a Câmara dos Crimes de Guerra foram mais diferenciadas. Algumas coisas aparentemente menores como, por exemplo, não lhes ser oferecido um copo de água, já eram sentidas como desrespeito. Outras das críticas tinham a ver com a proteção, tais como “Um carro da polícia veio buscar-me e por isso todos os vizinhos sabem” e esta mulher era uma testemunha protegida, isto é, ninguém devia saber o nome dela, a identidade dela. As críticas mais duras visavam os tribunais cantonais e locais porque estes têm menos recursos, pessoal menos qualificado, e ali temos testemunhas vítima e testemunhas de defesa sentadas ao pé umas das outras na sala de espera sem qualquer proteção de identidade. A comunidade internacional criou e fez valer mecanismos jurídicos sem investir os recursos necessários para fazê-los funcionar adequadamente. Isto é vergonhoso.

P@x: Depois de quase vinte anos de existência como é que avalia o papel do Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia em termos de julgamento de casos de violência sexual? Quais os seus maiores avanços e quais as suas maiores dificuldades?

G.M.: O maior avanço foi o facto de, após um começo moroso e graças ao empenhamento de diversos indivíduos e à pressão de feministas, ter conseguido levar a cabo muitas acusações. O momento mais proeminente foi o julgamento Foča, que envolvia exclusivamente violência sexual e escravidão sexual, mas foi igualmente o único julgamento deste tipo. E devia ter havido muitos mais e não aconteceram. Vê-se que não havia uma estratégia definida. O que é que aprendemos com o Tribunal internacional para a Ex-Jugoslávia?

Devíamos estar à procura de uma posição institucional mais sólida para a acusação e o julgamento de casos de violência sexual que não esteja dependente de indivíduos e do acaso. Devíamos também prestar atenção à maneira como a violência sexual está a ser representada nas acusações e nos julgamentos. Deveríamos proceder a uma profunda averiguação de certas suposições precipitadas referentes às características específicas da violência sexual em diferentes contextos. Quando se assume, por exemplo, que a violência sexual é uma estratégia de guerra, usada deliberadamente para provocar o terror, e que tem lugar principalmente no contexto da “limpeza étnica”, então tendemos a focalizar essas situações e produzimos uma imagem para o exterior que reforça precisamente isso. Tendemos a classificar as violações num quadro hierárquico que pode marginalizar, por exemplo, o tipo de violações que classificamos como “oportunistas” ou “recreativas”. No que tem a ver com a Bósnia, por exemplo, toda a gente fala sobre os chamados grandes campos de violação como expressão das “violações étnicas”. Porém, vários julgamentos revelaram que um número incalculável de mulheres e de raparigas foi mantido individualmente ou em pequenos grupos em casas e apartamentos usados como bordéis. Precisamente nestas “casas” desapareceram tantas mulheres (isto é, foram assassinadas). Tão pouco sabemos quantas foram traficadas para o Montenegro uma vez que a acusação não estava à procura especificamente destes casos. Assim, podemos dizer também que os tribunais, os procuradores e os investigadores em particular precisam de um maior conhecimento dos padrões e das dinâmicas das violações em tempos de guerra. Há uma necessidade de cooperação interdisciplinar. Contudo, apesar de tudo isto, podemos dizer que com os Tribunais Internacionais para a Ex-Jugoslávia e para o Ruanda atingimos um ponto de não retorno no que diz respeito ao julgamento de violência sexual. Já não podemos voltar para trás.

*** Tradução de Júlia Garraio

Observatório das P@xes

Recursos sobre Violência Sexual em situações de Conflito Armado

Branche, Raphaëlle; Virgilli, Fabrice (eds.) (2011), *Viols en Temp de Guerre*. Payot.

Eriksson Baaz, Maria; Stern, Maria (2009), “Why do Soldiers Rape? Masculinity, Violence and Sexuality in the Armed Forces in the Congo”, *International Studies Quarterly*, 53, 495-51.

Eschebach, Insa; Mühlhäuser, Regina (eds.) (2008), *Krieg und Geschlecht. Sexuelle Gewalt im Krieg und Sex-Zwangsarbeit in NS-Konzentrationslagern*. Berlin: Metropol.

Herzog, Dagmar (ed.) (2009), *Brutality and Desire. War and Sexuality in Europe's Twentieth Century*, Palgrave Macmillan.

Sexual Violence in Armed Conflicts (Collaborative Research Project/Hamburger Institut für Sozialforschung)

<http://www.his-online.de/en/research/theory-and-history-of-violence/sexual-violence.html>

Sivakumaran, Sandesh (2007), “Sexual Violence Against Men in Armed Conflict”, *The European Journal of International Law*, Vol 18, no 2,

<http://ejil.oxfordjournals.org/content/18/2/253.full#content-block>

Toit, Louise du (2009), *A Philosophical Investigation of Rape: The Making and Unmaking of the Feminine Self*. Routledge.

United Nations/Department of Peacekeeping Operations (2009), *Review of the sexual violence elements of the judgements of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia, the International Criminal Tribunal for Rwanda, and the Special Court for Sierra Leone in the light of the Security Council Resolution 1820*.

http://www.icty.org/x/file/Outreach/sv_files/DPKO_report_sexual_violence.pdf

Amistia Internacional

<http://www.amnesty.org/>

A Amistia Internacional é um movimento global com mais de três milhões de apoiantes, membros e ativistas que luta para pôr fim aos abusos dos direitos humanos e que defende a promoção dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros padrões internacionais de direitos humanos. Através de relatórios, da publicação de resultados de investigações, bem como de petições, campanhas e *lobby* direto, entre outros, a AI tem sido muito ativa a denunciar e a combater formas sexuadas de violência na guerra em todo o mundo. Entre as suas numerosas publicações sobre a questão de violência sexuada na guerra contam-se: “Sierra Leone: Rape and other forms of sexual violence against girls and women” (2000); “This is what we demand. Justice!” Impunity for sexual violence against women in Colombia's armed conflict” (2011). Entre as suas numerosas campanhas conta-se: “In Sudan rape is used as a weapon of war” (2007).

Human Rights Watch

<http://www.hrw.org/>

A *Human Rights Watch* é uma das principais organizações internacionais independentes dedicada à defesa e à proteção dos direitos humanos. O seu objetivo é evitar a discriminação, promover a liberdade política, e proteger as pessoas de práticas inumanas na guerra. Os seus membros têm sido muito ativos na revelação de violência sexual e exercido forte pressão para que os criminosos não fiquem impunes. Entre os seus numerosos relatórios e publicações sobre a questão da violência sexual na guerra contam-se: “Afraid and Forgotten. Lawlessness, Rape and Impunity in Western Côte d'Ivoire” (2010), “Soldiers who Rape, Commanders who Condone. Sexual Violence and Military Reform in the Democratic Republic of Congo” (2009), “Climate of Fear. Sexual Violence and Abduction of Women and Girls in Baghdad” (2003).

medica mondiale

<http://www.medicamondiale.org/home/?L=1>

A *medica mondiale* é uma ONG sediada em Colónia (Alemanha), que tem desenvolvido conceitos e métodos de apoio a mulheres traumatizadas pela guerra. Estes incluem, por um lado, o apoio imediato e abrangente a mulheres em zonas de guerra e de crise, desde cuidados médicos a aconselhamento psico-social, apoio jurídico e até de subsistência. Por outro lado, a *medica mondiale* desenvolve campanhas de informação e trabalho publicitário sobre a questão da violência sexual na guerra, e luta pelos direitos das mulheres a nível político. A *medica mondiale* nasceu no contexto das notícias sobre violações generalizadas na Bósnia. Em 1993, algumas ativistas alemãs criaram, juntamente com psicólogos e médicos bósnios, a *medica Zenica*, um centro para mulheres em Zenica (Bósnia central), que posteriormente se tornaria independente do apoio alemão. A *medica mondiale* foi criada oficialmente na Alemanha em 1994. Tem centros de terapia no Afeganistão, no Kosovo, na Albânia e na Libéria e tem parcerias com organizações na República Democrática do Congo, no Uganda e em Israel.

Sexual Violence Research Initiative

<http://www.svri.org/>

A SVRI é uma iniciativa do *Global Forum for Health Research*. Atualmente está sediada no Medical Research Council, África do Sul. Tem como objetivo promover a investigação sobre violência sexual e gerar dados empíricos que garantam que a violência sexual seja reconhecida como um problema prioritário de saúde pública. Pretende fomentar a consciencialização do problema e melhorar os conhecimentos sobre ele a fim de influenciar políticas e as prestações de serviços. A SVRI aborda a violência sexual em geral e, como tal, os seus numerosos relatórios, publicações e oficinas são extremamente valiosos para quem estiver interessado/a no tópico da violência sexual na guerra. Tem uma investigação alargada e diversas iniciativas relativas à prevenção e à justiça restaurativa.

Stop Rape Now. UN Action Against Sexual Violence in Conflict

<http://www.storapenow.org>

Esta campanha da Ação da Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos junta o trabalho de treze entidades da ONU (Organização das Nações Unidas) com o objetivo de pôr fim à violência sexual em conflitos. É um esforço concertado do sistema da ONU para melhorar a coordenação e a responsabilização, ampliar a programação e a defesa, e apoiar esforços nacionais para prevenir a violência sexual e responder eficazmente às necessidades dos/as sobreviventes. Esta ação da ONU inclui ações para fomentar a sensibilização do público e gerar vontade política para combater a violência sexual. A 19 de Junho de 2008, os 15 membros do Conselho de Segurança adotaram a Resolução 1820 (2008) sobre violência sexual contra civis em conflitos. A Resolução declara que a violação pode constituir um crime de guerra, um crime contra a humanidade ou um ato constitutivo de genocídio. A página da campanha “Stop Rape Now” inclui também relatórios e notícias sobre o tema da violência sexual em conflitos armados, bem como testemunhos de vítimas de todo o mundo.

WAM: Women Active Museum on War and Peace

<http://www.wam-peace.org/english/>

O *Women's Active Museum on War and Peace* (Tóquio, Japão) abriu no Verão de 2005, quando se assinalavam os 60 anos da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. O museu foi concebido por Matsui Yayori (1934-2002), uma jornalista de destaque e ativista dos direitos humanos das mulheres e da dignidade. Yayori pretendia preservar os dados reunidos para o Tribunal Internacional de Mulheres para os Crimes de Guerra de Escravidão Sexual cometidos pelos Militares do Japão, que teve lugar em Tóquio em Dezembro de 2000. Os registos e os materiais relacionados com as chamadas “mulheres de conforto” estão preservados neste museu e assim disponíveis para as gerações futuras. O museu acolheu diversas exposições sobre o tema e publicou alguns catálogos sobre as chamadas “mulheres de conforto”. Exemplos: *East Timor: The Women Who Survived the War* (2006), *The "Comfort Women" issue from A to Z* (2008).

Women's Initiatives for Gender Justice

<http://www.iccwomen.org/index.php>

A Women's Initiatives for Gender Justice é uma organização de mulheres internacional de direitos humanos que advoga justiça de género através do Tribunal Penal Internacional (TPI) e através de mecanismos internos, inclusivamente negociações de paz e processos de justiça. Tem exercido forte pressão para que as formas sexualizadas de violência sejam julgadas nos tribunais internacionais. Luta pela introdução e pelo reforço de mecanismos de reparações e compensações para vítimas de crimes graves, inclusivamente de abusos de natureza sexualizada e de género. Trabalha com mulheres afetadas pelas situações de conflito sob investigação no TPI.

CORPOS MAIS BARULHENTOS DO QUE A MORTE: MULHERES PALESTINIANAS RESISTINDO

Palestine's daughter/ love making can be as dangerous/ as curfews broken/ guerillas hidden you join now those who won't leave/ the earth

Of Woman Torn, Suheir Hammad

I will dance/ and resist and dance and/ persist and dance. This heartbeat is louder than/ death. Your war drum ain't/ louder than this breath.

What I Will, Suheir Hammad

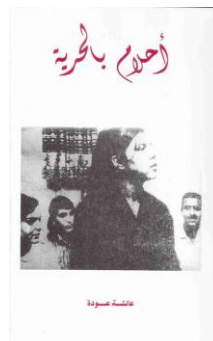
Thaqafet Al-'ard ou a cultura da honra é uma crença segundo a qual qualquer contacto, ou rumor de contacto, de uma mulher com homens desconhecidos mancha a honra da família. Tanto as mulheres como os homens têm a responsabilidade de proteger a “honra” que reside nos corpos das mulheres. Quando se considera que a honra foi “manchada”, muitas vezes os homens da família tendem a limpá-la derramando o sangue do corpo feminino desonrado. Embora o conflito israelo-palestino seja normalmente referido como um conflito com baixa intensidade de violações de guerra, Israel usa a cultura da honra cometendo crimes da mesma natureza sexual: ameaças e rumores de violação. É extremamente importante analisar este aspeto cultural para perceber a relação entre o corpo ocupante e o ocupado.

As ativistas políticas e as prisioneiras palestinianas são frequentemente forçadas a um contacto físico com os corpos dos soldados israelitas. Como resultado não só temem que a sua sociedade patriarcal as acuse de perder a honra, como também a dupla violência da ocupação israelita, que usa os seus corpos e a cultura da honra para controlar a sua resistência, bem como a do povo palestiniano em geral. É por isso importante questionar a reação das mulheres palestinianas a estas ameaças: Será que os seus corpos são mais barulhentos do que a morte, provocada pela ocupação israelita ou pelos crimes de honra? Será que estes corpos resistem a toda esta violência e conseguem ter uma pulsação “mais

Frantz Fanon (1965) sugere que o colonizador conquista as mulheres para destruir a resistência de toda a nação. A ocupação israelita exemplifica esta situação, uma vez que se aproveita da “cultura da honra”, usando-a como arma contra o povo palestiniano. Nadira Shalhoub Kevorkian confirma-o: “As autoridades israelitas nem precisam de me pôr na prisão. Só têm de espalhar boatos sórdidos acerca de mim que se reflitam na minha reputação sexual como mulher” (*apud* Ebba Augustin, 1993:118). Israel ameaça frequentemente homens e mulheres com a “honra” para assim limitar a sua resistência à ocupação.

As prisioneiras políticas palestinianas são frequentemente alvo de abuso sexual ou ameaçadas com o que a sociedade considera “honra”, a fim de se obterem delas confissões e de se limitar a sua participação na resistência. São frequentemente torturadas na presença dos pais ou de outros prisioneiros políticos. Os prisioneiros políticos palestinianos também são ameaçados com a perda da “honra” e dos corpos das suas mulheres.

A autobiografia de Aysheh Odeh (2007), uma ex-prisioneira política palestiniana que passou vários anos nas prisões israelitas, menciona que, durante os interrogatórios, algumas perguntas tinham a ver com a sua sexualidade e não com a sua atividade política: “Com quantos homens já dormiste? Queres que acreditemos que ainda és virgem?” (Odeh, 2007: 63) [1].



Aysheh Odeh, *Sonhos da Liberdade*, 2007

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

Menciona que foi torturada durante uma noite inteira só para dizer dez vezes: “Sou uma puta”. É revelador que ela tenha preferido suportar a tortura em vez de proferir uma frase que, a seu ver, poderia manchar a sua “honra”. A narração da violação também é reveladora: apesar de Odeh transgredir as restrições culturais ao escrever sobre a violação, todo o ato é mencionado numa única frase curta: “Azrael tentou perfurar o meu útero com um pau” (Odeh, 2007: 149). O facto de ter sido violada com um pau também é significativo; mostra que a violação não é sexual mas é usada como arma de guerra. Ao colonizar os corpos das mulheres, Israel coloniza toda a população palestina.

No entanto, a autobiografia de Odeh mostra que as mulheres começaram a falar abertamente sobre as torturas e as violações nas prisões da ocupação, fazendo das suas narrativas linguagem de resistência ao poder usado sobre elas e sobre os seus corpos tanto pelo ocupante como pela sua sociedade. Rawda Basir confirma-o:

Um importante passo para a libertação foi a nossa libertação do medo da violação. Ao divulgarem que os interrogadores as tinham violado com paus, duas destas prisioneiras encarceradas depois de 1967 declararam que aquilo eram atos do inimigo e não algo pelo qual elas deviam pessoalmente sentir vergonha” (*apud* Najjar & Warnock, 1992: 90).

As mulheres palestinianas também começaram a mostrar indiferença perante a “cultura da honra”. Ao deixarem os seus corpos existir sem medo de prejudicarem a sua “honra”, resistem à colonização dos seus corpos. Rihab Isawi, por exemplo, transformou o seu corpo num instrumento da sua própria resistência, tal como narrou:

Disseram-me que iria ser violada por um druso se não confessasse; quando o interrogador me ameaçou [...] olhou para mim com indiferença e com um riso sarcástico na cara. Comecei simplesmente a despir-me. (*apud* Raymonda Tawil, 1988: 120)

Os corpos destas mulheres já não são armas usadas contra elas, os corpos são finalmente *delas*. Como resultado, a sociedade adotou novos comportamentos. Em muitas ocasiões, falar mal das prisioneiras foi visto como uma traição a toda a nação. Pelo contrário, muitas prisioneiras são consideradas e tratadas como heroínas. Eis o que Fairouz Arafa, uma ex-prisioneira, disse: “Depois de sair da prisão, fizeram um *zafa* [2] para mim. Todas as pessoas estavam felizes, e o meu pai disse-me para sair e ir cumprimentar os homens. Ouvi-os dizer: ‘Deves estar orgulhoso dela.’” (*apud* Itimad Mhana, 1992, 114). Dar um aperto de mão aos homens não traduz apenas uma posição considerável na sociedade e que o pai tem orgulho, e não vergonha, por ela ter estado na prisão. É também um sinal claro da necessidade de quebrar as fronteiras físicas na sociedade, especialmente como meio de resistir à ocupação. O conceito de honra começou a ter diferentes significados, tal como Leila Khaled confirma: “tentamos mas é dizer que a honra significa mais do que a virgindade, que há honra na recuperação da nossa pátria” (*apud* Robin Morgan, 2001: 211).

A morte de mulheres palestinianas está relacionada com os seus corpos, quer seja às mãos da sua sociedade patriarcal quer através da ocupação. Todavia, as mulheres palestinianas usam os seus corpos como instrumento para a sua própria resistência, tornando-os barulhentos. Atrever-nos-emos então a dizer que os corpos destas ativistas e prisioneiras políticas são mais barulhentos do que os tambores de guerra, a violência sexual e sobretudo mais barulhentos do que as mortes?

Shahd Wadi

shahdwadi@yahoo.com

Doutoranda em Estudos Feministas na Universidade de Coimbra e bolsista da FCT. Está a trabalhar num projeto sobre as representações dos corpos de mulheres palestinianas em produtos culturais e artísticos contemporâneos, como lugar de silenciamento e simultaneamente de resistência no contexto do conflito israelo-palestiniano. Obteve o grau de mestre na mesma área pela mesma universidade com uma tese intitulada “Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinianas entre duas resistências” (2010).

Notas

[1] São da minha responsabilidade as traduções dos textos em árabe inseridos na bibliografia.

[2] Uma espécie de cortejo musical realizado normalmente em casamentos e outras celebrações.

Referências bibliográficas

Augustin, Ebba (1993), *Palestinian Women. Identity and Experience*. London: Zed books.

Fanon, Frantz (1965), *A Dying Colonialism*. New York: Grove Press.

Morgan, Robin (2001), *The Demon Lover*. New York: Washington Square Press.

Mhana, Itimad (1992), "Fairouz Arafa" in *Sho'oun Al-mar'aa* [Assuntos da mulher], 3/1992, 111- 118.

Najjar, Orayb & Warnock, Kitty (1992), *Portraits of Palestinian Women*. Salt Lake City: University of Utah Press.

Odeh, Aysheh (2007), *Ahlam Bel Horia* [Sonhos da Liberdade]. Ramallah: Muwatin – The Palestinian Institute of the Study of Democracy.

Tawil, Raymonda (1988), *Sajinat Al-Watan Al-Sajin* [Os prisioneiros da casa prisão]. Jerusalém: Mu'asasat Al-Thaqafa Al-Filistinia.

**Estudos sobre
a P@X**

PARA ESTAR EM GUERRA É PRECISO IR À GUERRA? MOÇAMBIQUE E TIMOR-LESTE: NACIONALISMOS, MULHERES E VIOLÊNCIA SEXUAL

Na segunda metade do século XX, Moçambique viveu em guerra entre os anos de 1964 e 1992 com um curta interrupção entre 1975 e 1976 e Timor-Leste sofreu uma guerra com ocupação militar entre 1975 e 1999. Tanto num país como no outro, estas guerras têm sido percebidas e narradas como feitos dos guerrilheiros, dos heróis, dos combatentes e da sua força nas frentes de batalha, ainda que alimentados e apoiados pelos seus povos através de todas as retaguardas possíveis. Os sofrimentos destas guerras são sobretudo entendidos como coisas viris daqueles que *foram à guerra* e, desse modo, são também discursos acerca da valentia máscula dos filhos da nação. Às mulheres e àqueles que, como elas, estando em guerra *não foram à guerra* reservam-se as discretas memórias sobre algumas das amarguras morais e os padecimentos inevitáveis, mas subsidiários, que os desígnios bélicos da independência a todas e todos impuseram.

Deste modo, tanto em Moçambique como em Timor-Leste, as respetivas histórias de libertação nacional estão a ser contadas através dessas guerras constituintes que conduziram à emancipação do longo período colonial e à existência como Estados soberanos e independentes. Em ambas as sociedades, a pós-memória desses períodos traumáticos e fundadores está a consagrar-se através de rituais de atualização e fabricação de espaços consagrados epitomizados na toponímia como, por exemplo, em 'Praça dos Combatentes' ou 'Jardim dos Heróis' [1]. Estes nomes associados aos lugares e à memória inaugural contribuem para sedimentar essa mesma história da nação. Esta característica genética das independências de Moçambique e Timor-Leste, entre outras, determina tanto a sua lembrança como a sua agenda sobre a coesão nacional, heroicidade, reconciliação e sobretudo as discursividades latentes ou explícitas sobre os horizontes e as utopias coletivas.

Nos dois países encontro outra característica comum: os imaginários femininos, as análises e interpretações narradas pelas mulheres acerca desses períodos épicos são subalternizados por um zelo nacionalista viril dominante.

A obliteração da memória pelo apagamento quer das experiências quer das subjectividades das mulheres traduz-se, neste tempo pós-bélico e pós-independência, numa história nacional coartada e amputada de versões e significados tão importantes como os que têm estado em jogo nos discursos mais dominantes. Por outro lado, a discriminação cognitiva tende a reforçar uma mitologia nacionalista varonil que, ao contrário de realizar o que anunciou desde a sua génese, a igual dignidade de todos os seres humanos agora cidadãs e cidadãos de um país livre e independente, promove uma economia política do passado, do presente e do futuro sexista e injusta.

Neste texto, procuro mostrar alguns dos avessos desse imaginário nacionalista masculinizado e guerreiro. Pretendo atrair a atenção analítica e teórica, ainda que brevemente, para excertos dos discursos autorais de três mulheres que resistem ao conceito dominante de sofrimento e valentia nos conflitos armados, mostrando, ao mesmo tempo, que a violência sexual contra elas é tão fundadora da nação quanto o monocórdico e velho paradigma da conquista bélica. Como os sangues vertidos pelas vaginas violadas das mulheres ficam coagulados nas coxas e invisíveis aos olhares ou são escondidos e silenciados pelos medos e preconceitos, expor e narrar os sofrimentos que esses sangues evocam e provam é uma transgressão primordial. Narrar as amarguras é também encontrar palavras que nomeiem o que parece ser inominável. A *performance* que implica atribuir nome, designar, definir é, para muitas mulheres, o primeiro ato de profunda cura e libertação. Contrariam assim a estratégia do olvido e de uma violência tão naturalizada e remetida para a ordem do inevitável que deixa de poder ser dita, atribuída, nomeada. Os excertos de histórias de vida [2] que aqui se apresentam demonstram que dicotomias tais como a violência pública versus a violência privada ou ainda a violência física versus a violência emocional são realidades simbioticamente combinadas e contaminadas por relações de poder patriarcais inscritas em

**Estudos sobre
a P@X**

diferentes relações sociais e seus aparatos culturais e políticos, particularmente cruéis e dramáticos em contextos de guerra. Nas palavras destas três senhoras encontro as diferenciações que as suas experiências biográficas, políticas e culturais lhes imprimiram. São narrativas específicas que, tal como cada violência, precisam de um entendimento e uma abordagem particular.

Angelina Araújo[3] fala sobre a escravatura sexual infligida às mulheres de Timor durante a ocupação japonesa [4]. A descoberta de que se é vítima e o pronúncia-lo é um dos mais duros e resistentes exercícios de auto-determinação para as mulheres e de mudança de paradigma da narração de si, da sua vida e da história do seu país:

[...] Because, you know, the character of East Timor, not only of East Timor, but woman as woman, sometimes they, beside hers, they doesn't want to say because they're inside or inside of a community and also aside to their husband. [...] I know that, the impact if they want to recognize themselves as a victim. [...] Many of them, maybe 90, 90. Yeah. 90 years old.

[...] We after make research, we note that, and then we write that, we want to make all our history. [...] Is the place of a comfort woman met the Japanese army. [...] We make it public here at 2007, with the 15 victim and four witness boys who work for the woman and they came here to speak to the public. [...] we go to Xanana Gusmão, when he, as a president, we talked, we explained to him to considerate defeat in comfort women that can come. And then what, you know what he said? He said: forget it about the past. So very, very disappointed, so, as a researcher and also as a new generation, I think it's no good for.

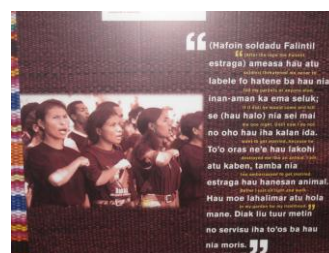
Muitas mulheres timorenses, quando falam sobre a violência da guerra, fazem-no na primeira pessoa e em tom de testemunho que elas procuram que seja exemplar: para que não se repita jamais e com mais nenhuma. A senhora Fátima Guterres[5] fala assim das suas experiências pessoais enquanto prisioneira de guerra em 1976:

Quando chegámos a Alas, conduziram-me à prisão principal, onde já se encontrava a Soe Mali, Secretária da OPMT, e encaminharam-nos para a sala de interrogatórios. Foi aí que começou a vigorar a lei da violação, e percebi que não tinha ninguém para me defender. [...] Todas as noites, a Soe Mali e eu éramos interrogadas numa sala improvisada no quarto dos militares indonésios. Eles andavam de tronco nu com calções bem justos ou só em cuecas.

[...] Semanas depois [...] de repente, abriram a porta do helicóptero e empurraram a Soe Mali para fora. [...] Depois de umas voltas, voltámos ao local, o helicóptero baixou novamente, e eu vi a minha companheira de luta, já sem vida, deitada no chão, a ser violada pelos carrascos militares. Aquela cena marcou-me de uma forma traumática e parecia-me quase irreal.



Interior da Sede da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (antiga prisão de Balide, Dili, Timor-Leste). © Teresa Cunha



Pinturas e cartazes feitos por antigas vítimas e outros aquando da reabilitação do espaço. © Teresa Cunha

No caso de Moçambique, muitos discursos são indiretos e referem-se sempre a alguém que não está presente, ou seja, é dizer de si

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

por interpostas pessoas ou é assumido que se trata de uma experiência que, de tão repetida, é de todas. Falar da violência sexual envolve um tal grau de intimidade que a insegurança se estende por toda a vida das pessoas que a experimentaram ou a testemunharam, impotentemente. A senhora Maria do Céu Chambal [6] é uma das mulheres que fala de alguns dos sofrimentos das mulheres no tempo da guerra 76-92: raptos, casamentos e trabalhos forçados, mortes ocultadas, subjugação e escravidão. Para ela é preciso que todos esses males comecem a ser conhecidos e a fazer sentido para todas e todos os moçambicanos:

[...] [N]o tempo da guerra era uma coisa constante porque quando você viajasse ou quando os homens da Renamo, já não sabíamos se eram da Renamo ou que, mas a verdade a fama é da Renamo como aqueles que dizem ah se é Renamo Frelimo também. [...] Nos tempos da Renamo, os homens quando vinham do mato, entrasse numa aldeia não salvavam raptar as pessoas, raptavam as pessoas e você era obrigada a ser menina, quem salvava talvez uma velha, só alguém que eles iam fazer carregar sacos de cinquenta quilos até morrer pelo caminho mas jovem assim tinham que amar com aquela pessoa e isso era constante no tempo da guerra, as nossas camaradas eu não digo muito porque não vivi muito né, elas outras chegam das províncias, a informação não chega lá rápido mas pessoas civis sofreram muito. [...] Batiam, tá a ver, levava porrada, tinha que suportar tudo que o homem fazia, quer dizer era uma coisa normal, era uma coisa normal da tradição em si que uma mulher é uma escrava dum homem.

As experiências reveladas através destes discursos mostram o quão políticos são os corpos das mulheres e as suas mentes[7]. Este é o outro lado, parte indelével da identidade e história dos países destas mulheres, aquelas a quem não é garantido como aos demais combatentes o reconhecimento e uma redistribuição justa das amarguras e das doçuras das independências, dignidade e a esperada participação plena nos frutos trazidos pela paz.

É certo que se pode estar em guerra sem vestir farda, sem usar patente militar ou pegar em armas e *ir para a guerra*. É certo que as nações

se fundaram sobre mais escombros do que aqueles deixados nos campos de batalha. É este o desafio que procurei aqui: uma ciência política feminista e pós-colonial que alarga o campo teórico e analítico daquilo que são os discursos e as memórias sobre nacionalismos e as *suas* guerras.

Teresa Cunha

teresacunha@ces.uc.pt

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra em 2010 com uma tese intitulada: “Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista e pós-colonial das estratégias de poder e autoridade de mulheres de Moçambique e Timor-Leste”. É Professora na Escola Superior de Educação de Coimbra, Formadora dos Centros Europeus de Juventude do Conselho da Europa e presidente da ONGD ‘Ação para a Justiça e Paz’.

Notas

[1] Em Moçambique e Timor-Leste, respetivamente.

[2] As histórias de vida citadas neste texto fazem parte de um trabalho levado a cabo em Moçambique, Portugal e Timor-leste entre 2005 e 2009 no âmbito da minha tese de doutoramento.

[3] Entrevista a Angelina Araújo, 2009, Dili. Parece-me útil manter a transcrição em inglês que foi a língua que escolheu. Ela poderia ter falado em tetum mas preferiu o inglês por uma questão de reconhecimento social.

[4] Apesar de dar destaque às guerras ocorridas nos dois países na segunda metade do século XX, convém não esquecer que tanto num país como no outro se pode constatar um contínuo de violência armada ao longo de todo o século: as chamadas campanhas de pacificação promovidas pelo poder colonial português, a Segunda Guerra Mundial e conflitos bélicos regionais foram momentos de enorme violência bélica que as populações tiveram que experimentar e superar.

[5] Entrevista a Fátima Guterres, 2005, Lisboa.

[6] Entrevista a Céu Chambal, 2008, Maputo.

[7] Apesar de não caber neste artigo, é importante referir que as mulheres não são meras vítimas das guerras e dos nacionalismos e que a sua capacidade de resistir, contrariar e reconfigurar as suas vidas e as vidas das suas comunidades é imensa.

No sotão dos Estudos para a Paz

PublicaçõesEP

Barrinha, André (2011), "The political importance of labelling: terrorism and Turkey's discourse on the PKK", *Critical Studies on Terrorism*, 4, 2, 163-180.

Cardoso, Katia; Santos, Rita; Roque, Sílvia; Moura, Tatiana (2011), "Youth, Collective Urban Violence and Security: Key Findings", *Policy Paper*, Initiative for Peacebuilding – Early Warning Systems.

Cravo, Teresa (2011), "Consolidating Partnerships: History and Geopolitics in Portugal's Twenty-first Century Foreign Policy", in Sebastián Royo (org.), *Portugal in the 21st Century: Politics, Society and Economics*. Lanham, MD: Lexington Books.

Cunha, Teresa; Santos, Celina, Moura, Tatiana e Silva, Sofia (orgs.) (2011), "Elas no Sul e no Norte", *Artigo Feminino VII*. Coimbra: AJP.

Freire, Maria Raquel (2011), *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Coimbra: Coleção Cosmopolis. Almedina.

Freire, Maria Raquel; Daehnhardt, Patricia (2011), "As relações entre a Alemanha e a Rússia: Duas políticas externas em transição", *Relações Internacionais*, 32, 171-196.

Nascimento, Daniela (2011), "Da guerra à paz no Sudão: as (in)visibilidades do Acordo Geral de Paz", *R.I.*, 32, Dezembro.

Pureza, José Manuel (2011), "Da atonia metodológica à busca de novos referentes em Direito Internacional Público", *Scientia Iuridica*, Tomo LX, 326, 303-313.

Simão, Licia (2011), "Are Civil Society Organizations the Missing Link? Assessing EU Engagement in the Nagorno-Karabakh Conflict", in N.Tocci (org.), *The European Union, Civil Society and Conflict*. Nova Iorque: Routledge, 50-74.

Simão, Licia (2011), "Post-Lisbon EU-South Caucasus relations", *Caucasus International*, 1, 2, 155-65.

SETEMBRO**SETEMBRO**

Tatiana Moura tomou posse em Setembro como **diretora executiva da ONG brasileira Promundo**, uma organização que trabalha em prol da igualdade de género e do fim da violência contra mulheres, crianças e jovens, no Brasil e no Mundo.

Licínia Simão apresentou as comunicações “**Region-building in the neighbourhood: Assessing EU regional policies in the South Caucasus**” e “**Here to stay or already vanishing? Implications of the Lisbon Treaty on the European Neighbourhood Policy (ENP)**” (com Heidi Maurer), 41ª Conferência Anual da UACES “**Exchanging Ideas on Europe**”, Cambridge de 5-7 de Setembro.

Daniela Nascimento lecionou a aula “**Sudan's wars and peaces: implications for the internal and regional stability**”, no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos do Institute d' Études Politiques de Bordéus, 26 de Setembro de 2011.

OUTUBRO

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Donor Perceptions of Success and Failure in Mozambique and Guinea-Bissau**”, Cicle de Séminaires du Centre de recherches pluridisciplinaires et comparatistes: Les Afriques dans le Monde, Bordéus, França, 6 de Outubro.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**As (in)visibilidades da paz e da guerra: uma análise crítica das estratégias dominantes de prevenção de conflito e construção da paz no Sudão**”, Conferência do Instituto de Defesa Nacional: Prevenção e resolução de conflitos em África, Lisboa, 10 a 11 de Outubro.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Representações da violência na periferia e as suas implicações: a missão da União Europeia de Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau**”, Conferência do Instituto de Defesa Nacional: Prevenção e resolução de conflitos em África, Lisboa, 10 a 11 de Outubro.

Licínia Simão lecionou duas aulas sobre “**EU foreign policy through security community enlargement: dilemmas and achievements**” e “**EU relations with the South Caucasus: from distant neighbours to central partners?**”, no âmbito do Mestrado em Estudos Europeus: Perspetivas Globais e Transnacionais, Universidade Católica de Leuven, Bélgica, 17 a 21 de Outubro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**A Rússia no Conselho de Segurança: entre projeção e contenção**”, Ministério dos Negócios Estrangeiros | Instituto Diplomático, Lisboa, 19 de Outubro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Russia in Central Asia: A Policy of Reassertion?**”, The Sixth Transatlantic Studies Conference, 'North and South: The United States, European Union and the Developing World', Universidad de Alcala, Espanha, 20 a 22 de Outubro.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Western Representations of the African Recipient State**”, Northeast Workshop on Southern Africa, Burlington, EUA, 21 a 23 de Outubro.

Katia Cardoso apresentou a comunicação “**De volta à pátria? Os deportados Cabo-verdianos dos Estados Unidos da América**”, “In Progress. Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África”, CEsa, ISEG, Lisboa, 27-28 de Outubro.

Sofia José Santos lecionou a aula “**Performing the difference: media discourses and uses in multicultural contexts**”, no âmbito do Mestrado em Migrações Internacionais, Universidade de Deusto, 31 de Outubro.

NOVEMBRO

Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e Daniela Nascimento apresentaram a comunicação “**The ‘multi’ in multidimensional peace missions’ mandates and activities: a critical analysis**”, I Congresso Internacional do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa, 16 a 18 de Novembro.

Licínia Simão apresentou a comunicação “**Relações UE-Rússia no domínio da segurança: lições do Cáucaso Sul**”, I Congresso Internacional OBSERVARE, na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), 16-18 de Novembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Humanitarismo e despolitização da dominação**”, Congresso Internacional “International trends and Portugal’s position”, Fundação Calouste Gulbenkian, 18 de Novembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Understanding the Arab Spring: the need for a multidisciplinary approach**”, Seminar “WAVES: a crosscutting research on social and political transformations in the Arab World”, Centro de Estudos Sociais, 21 de Novembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Social media: an emancipatory tool**”, Seminar “WAVES: a crosscutting research on social and political transformations in the Arab World”, Centro de Estudos Sociais, 21 de Novembro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**O fim da URSS e a nova Rússia**”, XI Curso Livre de História Contemporânea da Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea (IHC), ‘O Fim da URSS, Vinte Anos Depois (1991-2011)’, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), 22 de Novembro.

José Manuel Pureza e Rita Santos participaram no seminário fechado “**Proliferação das armas – Informação, conhecimento e acção, precisam-se!**”, organizado pelo Observatório Permanente sobre a Produção, Comercialização e Proliferação de Armas Ligeiras, 23 de Novembro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Estados Unidos e Rússia: desafios e oportunidades em contextos de mudança**”, Seminário ‘A Política Externa dos Estados Unidos no Século XXI’, Instituto de Defesa Nacional (IDN), Lisboa, 25 de Novembro.

DEZEMBRO

Maria Raquel Freire e **Paula Duarte Lopes** apresentaram a comunicação “**Promoting (Un)Sustainable Peace: the disconnection between words and actions**”, Workshop on Sustainable Peace: Old and New Approaches, Deusto University, Bilbao, España, 1- 2 de Dezembro.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia**”, Congresso Internacional “A primavera árabe e o uso da força nas relações internacionais”, Universidade do Minho, Escola de Direito, 9 de Dezembro.